

XI ALAIC, Montevidéu, Maio de 2012

GI 1 - Comunicación Digital, Redes y Procesos

A cultura digital: uma questão de gênero

NATANSOHN, Graciela, Universidade Federal da Bahia, Brasil,
graciela.natansohn@pq.cnpq.br

BRUNET, Karla. Universidade Federal da Bahia, Brasil,
karlab@ufba.br

PAZ, Mônica. Universidade Federal da Bahia, Brasil,
monicapazz@gmail.com

Resumo:

De que forma o gênero é uma categoria relevante na hora de analisar as brechas ou divisórias que atravessam os complicados processos de incorporação ao mundo digital que vivem as populações dos países da região? Os problemas de gênero são apenas um problema das mulheres? Avaliamos como o feminismo tem analisado as questões de gênero e tecnologia digital, para entender processos que afastam mulheres e grupos subalternos da cultura digital, ainda quando as barreiras de acesso são superadas.

Palavras-chave: gênero, feminismo, cultura digital, brecha digital de gênero, tecnofeminismo.

Introdução

De que forma o gênero é uma categoria relevante na hora de analisar as brechas ou divisórias que atravessam os complicados processos de incorporação ao mundo

digital que vivem as populações dos países da região? Os problemas de gênero são apenas um problema das mulheres?

Se pensarmos em termos de acesso a internet, por exemplo, as coisas estão indo muito bem para as mulheres brasileiras. No Brasil o IBGE, em pesquisa de 2009 relata que, dos quase 170 milhões de brasileiros e brasileiras, 67,9 milhões com 10 ou mais anos de idade disseram ter usado internet, o que representa um aumento de 12 milhões (21,5%) em relação a 2008. Interessante é comprovar que as mulheres, em um ano, avançaram mais que os homens no acesso a internet, especialmente nos grupos das mulheres mais velhas: no grupo etário de 30 a 39 anos, o aumento foi de 28,2%, enquanto nessa mesma faixa etária, o aumento dos homens usuários foi de 24,8%. E quanto mais idade, mais diferenças: no grupo de mulheres de 40 a 49 anos, o aumento foi de 31,9% contra o 21,8% no grupo masculino. No grupo de 50 anos de idade ou mais, o aumento de usuárias foi de 46,1%, em quanto o dos homens foi o 35,5% (IBGE, 2009). Podemos pensar então que de continuar nessa curva ascendente os problemas de gênero serão resolvidos espontaneamente.

Dados da ITU (2011, p.116-117) demonstram que homens acessam mais a internet do que as mulheres tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento, talvez devido ao histórico menor acesso das mulheres à educação e em consequência a menor renda que influenciam no acesso aos recursos informacionais. Porém, no Brasil, os dados são mais equilibrados, embora se apresentem nos dois casos com índices baixos diante da grande população brasileira. São 37,5% das mulheres contra 38% dos homens, ambos na faixa etária dos 15-74 anos de idade, acessando a internet no Brasil no período relativo ao ano de 2010.

Em relação aos sites de redes sociais (SRS), dados de 2010¹ indicam que no Orkut a relação homem/mulher no Brasil é rigorosamente balanceada e que no Facebook, são 64% homens e 36% de mulheres.

Entretanto, os titulares do caderno de tecnologia “Tec” da Folha de São Paulo, do 16 de Março de 2011, são ilustrativos de certo mal-estar: “Falta mulher”; “Executivas são raras no mundo hi-tech”, “Mulheres criam pouco para Wikipédia” (DEMETRIO,

¹ IDG Now “Facebook e Orkut têm perfis diferentes no Brasil”, disponível em: <http://idgnow.uol.com.br/internet/2010/05/28/facebook-e-orkut-tem-perfis-diferentes-no-brasil/#rec:mcl>, acessada em 24 set. 2011.

2011, p. F1-F8). Nós afirmávamos, também, nessas páginas: “No mundo da tecnologia há uma brecha digital de gênero, raça e classe” (NATANSOHN e BRUNET, 2011). No mesmo periódico pode ser lido: “Sexo feminino se destaca nas redes”, “O uso delas está definindo uma parte da internet”, “Brasileiras encontram chances com crescimento de Internet”. O que vemos é que, se o número de mulheres usando internet tem crescido sensivelmente, o número de mulheres decidindo e controlando a rede é muito menor. As mulheres pouco participam das decisões sobre a infraestrutura técnica e lógica das redes digitais. De fato, no Comitê Gestor de Internet, no Brasil, há apenas duas mulheres (representantes do terceiro setor, uma titular e a outra, suplente)². No Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a maioria esmagadora dos cargos políticos é de homens. Caso idêntico ocorre no Ministério das Comunicações. Mulheres como engenheiras em computação, empreendedoras de TICs, programadoras, desenvolvedoras de *softwares* e administradoras de sistemas são minoria.

Mais paradoxal ainda é que nas comunidades de software livre e de hackers, baseadas na liberdade, na economia da dívida e da igualdade as mulheres são raras (HACHÉ, CRUELS, VERGÉ, 2011; GARCIA, 2004, 2010; DIONA, 2011; MENEZES, 2011; WEIDEN, 2005; BUSANICHE, 2006; PEREZ, 2010;) e suas experiências, particularmente resistidas, como é notado na fala³ de Richard Stallman, líder da Free Software Foundation, que por considerar o software livre neutro em relação a gênero, considera sexista as iniciativas destinadas a inserir e destacar a participação das mulheres no movimento.

Em eventos de tecnologia, como o Fórum Internacional de Software Livre⁴ a participação feminina foi de 13%, na edição de 2010, para 15%, na edição de 2011. Já a Campus Party Brasil 2009 alcançou a marca de 32% de mulheres dentre os 6 mil inscritos⁵, mas as versões seguintes voltaram para a faixa dos 25%⁶.

² Disponível em: <http://www.cgi.br/sobre-cg/membros.htm>, acessado em 25 jan. 2012.

³ Entrevista a Richard Stallman: Software Libre y Mujeres, 2007. Disponível em: <http://www.entretodas.net/2007/08/09/entrevista-a-richard-stallman-software-libre-y-mujeres/>

⁴ Considerado o maior evento de Software Livre na América Latina, é realizado anualmente em Porto Alegre e promovido pela Associação Software Livre. O conteúdo do evento é muito abrangente, discutindo não apenas questões técnicas mas também sociais, educacionais e políticas. Site: <http://softwarelivre.org/fisl12>

⁵ “Mulheres são quase um terço da Campus Party Brasil” do Terra <http://noticiasus.terra.com/tecnologia/interna/0,,OI3458629-EI12933,00.html>, acessado em 19 jul. 2011.

Estas indicações reconhecem a situação desigual e de insuficiência a respeito da inclusão das mulheres no mundo digital como algo a mais do que meras consumidoras e usuárias de internet.

Inúmeros estudos que enfocam esta relação mulher-TIC, evidenciam que há tendências no mundo ocidental⁷ que indicam que na medida em que as mulheres se internam no mundo das TIC, as oportunidades de maior especialização vão decrescendo para elas (GIL-JUAREZ; VITORES; FELIU; VALL-LLOVERA, 2011). É nesse sentido que podemos afirmar que as mulheres não têm sido sujeito senão objeto das tecnologias, em todo seu ciclo de criação, desenho até sua distribuição e uso.

As mulheres são imaginadas, no desenho de tecnologias, como apenas usuárias passivas enquanto os homens são imaginados como produtores e manipuladores competentes. Há, na simbologia da aparelhagem e do pensamento tecnológico, um conjunto de símbolos que associam tecnologia à masculinidade (WACJMAN, 2006). De fato, desde crianças, meninos são elogiados quando desarmam bonecos e robôs. “Vai ser engenheiro”, dizem os pais, orgulhosos. As meninas que desarmam bonecas, porém, são repreendidas, por “falta de cuidado”. Sem falar da subestimação e exploração das mulheres na web. Pornografia, exploração da imagem, tráfico internacional de mulheres, venda de serviços sexuais gerenciada por exploradores, fazem parte da paisagem do ciberespaço e da web. Amor, sexo, moda, beleza, consumo, futilidades e vida doméstica são as categorias associadas à mulher, numa “googleada” rápida.

Até os governos e entidades supranacionais tem assumido o assunto. A Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher do Conselho Econômico e Social da ONU, em sessão de março de 2011, reconheceu “o potencial da educação e a capacitação, assim como da ciência e a tecnologia, para contribuir ao empoderamento econômico da mulher”, reconhecendo os déficits nas áreas de educação, ciência e desenvolvimento tecno-científico (NAÇÕES UNIDAS, 2011). No Brasil, grupos de

⁶ Info Exame, disponível em: <http://info.abril.com.br/noticias/blogs/infoavivo/campus-party/numero-de-mulheres-na-campus-party-devia-ser-maior/> e da Vírgula UOL, disponível em: <http://virgula.uol.com.br/ver/noticia/campus-party-2011/2010/01/26/237064-participacao-feminina-e-menor-na-terceira-edicao-da-campus-party> acessadas em 25 jan. 2012.

⁷ LAGESEN (2007) cita Malásia como uma exceção. Nesse país, o índice de mulheres na informática é praticamente igual ao dos homens.

mulheres (e alguns grupos feministas) estão se mobilizando ao redor do tema, cientes de que “quem constrói softwares que fazem a internet funcionar, controla a internet” (MELO, VIEIRA, 2010). Na Europa e Ásia há numerosos estudos e publicações dando conta da e-exclusão das mulheres.

Neste sentido, podemos dizer que, no seio dos estudos de gênero, pesquisar sobre a mulher tem pertinência, na medida em que assumimos que a diversidade de experiências, raças, classes e culturas no qual o “ser mulher” se dá não é universal e idêntica para todas as mulheres e culturas. E que, além das mulheres, outros grupos de excluídos devem ser indagados. Falar de gênero não é idêntico a falar de mulheres, pois este é apenas um dos enfoques ou temas possíveis e a categoria mulher não está isenta de problemas. Falar de gênero significa, aqui, fazer referência a um sistema social (e um sistema de poder) que gera distinções em base às formas hegemônicas e normativas de lidar com a sexualidade e a identidade. Mais do que um sistema socialmente consensual de distinções - como o definiu (e popularizou) a feminista Joan Scott (1995) - o gênero é um território onde as classificações explodem, por que, em verdade, nos debates em torno dele se dão lutas intensas em torno da questão do sujeito, das suas posições identitárias, da sua sexualidade e desejo e do lugar dos corpos (sexuados, racializados, etc.) no processo de inscrição social e do social nos corpos. Então, nos enfrentamos aqui com um primeiro problema, o de se, na medida em que formulamos nosso problema de estudo como o problema “da mulher e a tecnologia”, ironicamente, não estaremos assumindo o homem como não problemático ou livre das determinações das relações de gênero (Flax, 1991). Os homens não têm problemas com a tecnologia?

Mulher adora discutir a relação (com as TIC)

Para referir-se a estes mecanismos de exclusão, Castaño define três tipos de brechas digitais: uma primeira, referida à capacidade de acesso às redes (medível em números); uma segunda brecha, detectada na utilização que se faz da tecnologia, e marca o grau de incorporação efetiva à cultura digital (medível de forma qualitativa) e ainda, uma terceira brecha digital, circunscrita ao uso de serviços TIC mais avançados (CASTAÑO, 2009). Outros falam de uma fratura tecnológica de gênero, (ALONSO, 2007)

que não se refere apenas ao acesso senão à qualidade dos usos tecnológicos e à própria constituição da tecnologia. Isto é, há uma brecha digital que aumenta, apesar do constante aumento de acesso das mulheres às TIC, que não é mensurável apenas com estatísticas de acesso e que tem a ver com o uso especializado das TIC e com a criação de tecnologia. Esta segunda e terceira brecha está relacionada com outras dimensões que não podem ser entendidas de forma quantitativa e que relaciona questões que envolvem a subjetividade e a posição dos sujeitos na cultura: tem a ver com os vínculos (de afeto, indiferença, ódio, utilidade, interesse, paixão, medo, etc.) que estabelecemos com os objetos técnicos que nos rodeiam e que se compreendem quando observamos, por exemplo, as opções realizadas pelas pessoas pelas carreiras acadêmicas que envolvem tecnologia ou quando analisamos as relações informais dos jovens com os aparelhos técnicos ou ainda, analisando brinquedos e brincadeiras de crianças⁸.

A forma em que as brechas digitais afetam a relação entre mulheres e tecnologias contemporâneas tem sido discutida por muitas feministas de formas diferentes. Uma abordagem freqüente consiste em mapear a presença das mulheres na história da informática (RAPKIEWICZ, 1998), nos cursos universitários de informática e sistemas (SCHWARTZ, 2007) e nas posições alcançadas em empresas de tecnologia (CASTRO, 2011).

Outr@s tem investido na elaboração de indicadores de inclusão e exclusão das mulheres como usuárias (e-inclusão) e seu possível empoderamento a través das TIC (CASTAÑO, 2009, 2011; CHOUDHURY, 2009; GURUMURTHY, 2006; SABANES, 2004).

Em Brasil, se destaca um conjunto de pesquisadoras acadêmicas sobre regulamentação das telecomunicações e controle da mídia⁹, que por sua vez são ativas

⁸ Um vídeo doméstico que mostra uma garotinha de não mais de 5 anos, num comércio de brinquedos, questionando a oferta de brinquedos para meninos e meninas, deu que falar em internet.

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=-CU040Hqbas#!

⁹ Nos referimos a coletivos de mulheres tais como Articulação Mulher e Mídia (<http://www.mulheremidia.org.br>); Rede Mulher de Educação (<http://www.redemulher.org.br>); Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas (<http://www.redefem.ufrgs.br>); Instituto Patrícia Galvão (<http://www.patriciagalvao.org.br/instituto.htm>), Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Cefemea, (<http://www.cfemea.org.br>); Comunicação, educação e informação em gênero, Cemina (<http://www.cemina.org.br/>); Observatório da Mulher, <http://observatoriodamulher.org.br/site/>; Intervezes, <http://www.intervezes.org.br/o-intervezes>, citando apenas as mais atuantes na web.

militantes em fóruns e movimentos pela democratização da comunicação e de defesa dos direitos civis das mulheres na internet.

Os primeiros estudos de Comunicação Mediada por Computador (CMC) foram os que começaram a investigar empiricamente as diferenças de usos do ambiente digital entre homens e mulheres (HERRING, 1993; HINE, 2000; TURKLE, 1997). Esses trabalhos tiveram por objeto compreender as interações online, seus estilos, dinâmicas comunicativas e relacionais no ambiente do ciberespaço por parte das mulheres. Mais muito raras são as pesquisas sobre mulheres tecnólogas e hackers e sobre o movimento software livre em relação com as mulheres, mas o tema está, aos poucos, emergindo¹⁰.

No âmbito acadêmico, as questões de gênero sempre foram objeto de debate do ponto de vista do conteúdo dos meios, das formas sexistas de representação, dos usos das tecnologias domésticas. Dando-se por suposto, durante muito tempo, que as mulheres ocupam naturalmente o lugar de usuárias e receptoras de meios e de objetos tecnológicos, só recentemente tem começado uma reflexão sobre o lugar das mulheres no desenvolvimento da internet, na infra-estrutura lógica e física, na criação, gerenciamento, controle, uso e desenvolvimento de tecnologias. Falta ampliar a discussão sobre o letramento (*literacy*) digital e as formas de socialização e de interação do gênero com a tecnologia que examine com um olhar estratégico a cultura digital contemporânea, que coloque em questão a tradicional divisão sexual e social de tarefas e incumbências de acordo com o sistema binário sexo/gênero, que se questione sobre a socialização do gênero e a generalização da tecnologia. Por que quem tem a tecnociência pode ser verdadeiramente emancipadora e progressista se deixa de fora amplos setores da sociedade?

Se os artefatos técnicos são conformados pelas relações, significados e identidades de gênero, dentre outras hierarquias, as diferenças vão afetar, necessariamente o desenho, desenvolvimento, a difusão e o uso e apropriação da tecnologia. Dito de outro modo, na medida em que todos os grupos subalternos ou marginais não tem acesso à criação e à imaginação tecnológica, e ao uso experto

¹⁰ Sobre o papel das mulheres e o software livre, está sendo desenvolvida pesquisa de doutoramento de Monica Paz na UFBA (<http://gigaufba.wordpress.com>) e o coletivo Donestech (<http://www.donestech.net>) tem publicado pesquisa etnográfica sobre mulheres tecnólogas e hackers.

destas, a apropriação por parte destes grupos será restringida, limitada ou realmente difícil.

A exígua quantidade de mulheres usando e fazendo tecnologia é apenas um sintoma de algo mais profundo. O problema das mulheres e as TIC foi convertido, mediante estatísticas, no problema das mulheres “nas” TIC (GIL-JUAREZ; VITORES; FELIU; VALL-LLOVERA, 2011) com a esperança que de quanto mais mulheres nesse âmbito, diminuiriam automaticamente as brechas. Tal vez isso tenha certa base de razão. O problema é que é preciso entender o que afasta mulheres e grupos subalternos da cultura digital, quando as barreiras de acesso foram superadas. Haveria que problematizar a própria conformação da tecnologia em relação com os aspectos da socialização das pessoas, isto é, dos processos pelos quais nos incorporamos aos distintos âmbitos do social, nos identificamos com certos objetos e saberes e produzimos nossos afetos e desafetos com, contra e nas próprias tecnologias. Isto é, se por um lado é preciso estudar os processos sociais de apropriação da tecnologia, por outro é indispensável entender como, nos hardwares e softwares, as mulheres e outras minorias são imaginados.

Trabalhos pioneiros nessa linha foram os Cynthia Cockburn e Susan Ormrod (1993) cujas pesquisas (no marco dos estudos sociais da tecnologia de cunho feminista) discutem o desenvolvimento de tecnologias domésticas (o mais comentado é o caso do microondas) e suas mudanças e orientações em função das hierarquias e valores atribuído ao gênero. Elas partem do suposto de que as hierarquias da diferença sexual afetam em profundidade o desenho, o desenvolvimento, a difusão, o uso e o consumo das tecnologias. Isto é, as tecnociências são um âmbito marcado, também, pelo gênero assim como o gênero é marcado pela tecnociência. Em *Gender and Technology in the Making* (op.cit) relatam como o microondas nasceu como um brinquedo tecnológico cujo público-alvo inicial era o sexo masculino e por tanto era vendido nas lojas de eletrônica e como mudou seu design quando passou, por força de decisões de mercado, a ser vendido dentro da “linha branca”, junto a geladeiras e fogões. Esta mudança de perfil gerou uma transformação interessante: de um sofisticado sistema de botões e indicadores passou a uma simplificação extrema da interface do aparelho, agora cheio de ícones que supunham um (uma) utilizador (a) mais limitado (a) ou

tecnologicamente incompetente, que é como os desenhistas a cargo da mudança imaginaram as mulheres. Quem diria que a simplicidade da qual gozamos hoje os usuários e as usuárias deste formidável aparelho, se origina, segundo Cockburn e Ormrod, nas trevas do mais sofisticado machismo! Estudos sobre *videogames* também colocam questões sobre a participação das mulheres na produção desses jogos e do usuário implícito neles (GIL,A., 2010; PUHL e AMARAL, 2004).

Antes de Cockburn e Ormrod, na década de 70, as tecnologias domésticas começaram a ser objeto de escrutínio feminista, quando os temas eram a mecanização do trabalho doméstico, o tempo e a divisão de tarefas no lar e fora dele, com o objetivo de explicar como o público e o privado se conformam mutuamente e como as identidades femininas e masculinas reproduzem-se no lar e no trabalho. Diferente destas autoras, nestes primeiros trabalhos a tecnologia era considerada uma extensão da dominação patriarcal e capitalista. E as mulheres, suas vítimas. Em palavras de Wajcman, estes feminismos, obstinados em colocar em evidência o tecnopoder nas mãos dos homens ignoraram ou subestimaram qualquer potencial subvertidor ou desestabilizador do agir em e com tecnologias, sobre as estruturas patriarcais.

Geeks, nerds, piercings e uma mac

Somente o chamado ciberfeminismo, nos anos 90, recuperará o otimismo e o caráter utópico da tecnociência. E recolocará os termos da discussão em outro patamar. São conhecidas as discussões trazidas por Sadie Plant (2000), principal expoente inglesa do ciberfeminismo, assim como os trabalhos de Dona Haraway (1994), nos anos 80 e os de Turkle (1997) e Herring (1993). Este feminismo “novo” resulta especialmente atrativo para as mulheres jovens, crescidas no ambiente digital, cuja vinculação com o movimento feminista tradicional se vê obstaculizado, dentre outros motivos, pela brecha cultural, digital e geracional. Nem todas elas gostam do feminismo (ao que chamam, com certa doses de razão, de tradicional e conservador) e as feministas espantam-se dos seus cabelos verdes ou azuis e seus corpos cheios de piercings, tatuagens e *body modification*. Sem dúvidas, este ciberfeminismo é uma contestação à visão tecnofóbica das feministas e certamente não está isento de problemas. Questões como a subversão (e liquidez) das identidades e subjetividades

no ciberespaço, a sexualidade polimórfica, nomádica e descorporizada, as hibridações entre máquinas e corpos, são os argumentos preferidos para advogar por um novo papel para as mulheres nas TIC, e para superar a visão das mulheres como meras vítimas imóveis do patriarcado. O risco é que não se institua outra mitologia, como o de que na cultura digital as exclusões de gênero podem ser minimizadas *per se*, ou que as identidades ficam diluídas ou implodidas. Vã ilusão.

A partir dos 90 a história a ser contada é a das redes de mulheres na web para a organização política, para as suas reivindicações e articulação, uma história que inclui artistas, militantes ciberfeministas, tecnólogas, cientistas, jornalistas que se organizam pelo direto à internet e também pelo software livre, como estratégia de empoderamento das mulheres. [Apache Women](#) [Debian Women](#) [Fedora Women](#) [Genderchanges](#) [Gnome Women](#) [Gnurias](#) [Haecksen](#) [KDE Women](#) [LinuxChix](#) [LinuxChix-Brasil](#) [Mujeres en Red](#) [Ubuntu Women](#) são algumas das organizações de mulheres imersas na tecnologia, com sensibilidade feminista e ao redor do projeto político do software livre.

Concluindo...

Nas pesquisas feministas críticas em ciência e tecnologia, a categoria mulher vem sendo utilizada de forma intensa e extensiva. As pesquisas referidas neste trabalho não problematizam outros coletivos ou grupos que não as mulheres, dando por sentado que o que unifica e dá corpo a esta categoria é a histórica exclusão e silenciamento dos “outros” que não os homens, na criação e desenvolvimento da tecnologia. É chamativa a ausência de estudos sobre homens, masculinidades e tecnologia. A final, se o gênero é uma tecnologia (como diz Teresa de Lauretis) com certeza, não o é apenas para as mulheres.

Contudo, é possível falar de mulheres assumindo o problemático desta categoria. A questão do sujeito do feminismo tem dado lugar a intensos debates e não é objeto da nossa discussão neste espaço, senão apenas como uma necessidade de demarcar o lugar a partir do qual estamos falando e, como ditam as boas normas acadêmicas, para operacionalizar conceitos. Então, falamos aqui de mulheres (e como mulheres) tendo em conta a impossibilidade de pensar nesta categoria como homogênea, uniforme,

única. A categoria mulher tem sido o alvo da crítica feminista desconstrucionista e antiessencialista. Desde Beauvoir (“o que é ser mulher?”) até Butler e Preciado, para citar apenas algumas representantes dos novos feminismos (dentre os quais o pensamento *queer* é o mais radicalmente antiessencialista), a categoria mulher teria perdido seu sentido político na medida em que representa aquilo contra o qual se luta: o pensamento binário, iluminista, racionalista. E nesse marco, os binarismos mulher-homem enredam-se com os outros tão criticados pelas teorias pós-modernas e desconstrucionistas.

A questão do sujeito é central à teorização feminista, seja na procura de um sujeito feminista, seja na declaração do fim de qualquer idéia de sujeito, e mais, desse sujeito transcendental e universal que foi o homem do Iluminismo. A partir desta distribuição hierárquica, a mulher é colocada em subalternidade: em nome da sua ‘natureza’, dos seus atributos, de ser o ‘não-homem’, a mulher foi relegada ao âmbito doméstico, privado (no seu duplo sentido de carência e de não-público). Assim, os conflitos entre razão-ciência, conhecimento e poder são neutralizados pelo Iluminismo, através da instauração de um sujeito (predominantemente masculino, branco e ocidental) que além de negar sua própria incompletude (ao ignorar a outra metade da humanidade), reivindica para si uma liberdade e uma autonomia negadas a seu outro (mulher, escravo, escrava).

Dito isto, assumimos os riscos de falar de mulheres (e como mulheres), reconhecendo que é preciso falar não apenas da mulher e das mulheres sino de todas as posições identitárias subalternizadas pelos sistemas de exclusão e de poder, sejam estes de gênero, raça, classe, tecnocientíficos ou quaisquer outros, que operam de forma interseccional. Isto é, deveríamos falar de ‘mulheres’ não como categoria biológica nem sociológica e sim como um ponto de encontro (e às vezes de desencontros) entre o simbólico, o físico e o sociológico (BRAIDOTTI, 2000), valendo-nos de certo essencialismo estratégico (SPIVAK apud BRAIDOTTI, 2000) para fins políticos.

ALEMANY, C M. Tecnología y género: la reinterpretación de la tecnología desde la teoría feminista. In: BARRAL, M. J., MAGALLÓN, C., MIQUEO C., SÁNCHEZ M.D. (eds). **Interacciones ciencia y género: discursos y prácticas científicas de mujeres**. Barcelona: Editorial Icaria, 1999. p. 39-61.

ALONSO, Ana Polo. La comunicação como arma del desarrollo? Una mirada desde el punto de vista de las mujeres. In: MARCESSE, Silvia Chocarro (Coord.) **Nosotras en el país de las comunicaciones**. Mirada de Mujeres. Barcelona: Icaria Editorial/ACSUR-LAS SEGOVIAS, 2007. pp. 161-175.

BAYM, Nancy. **Personal Connections in the Digital Age**. Malden. Polity Press, 2010.

BRAIDOTTI, Rosi. **Sujetos Nómades: Corporización y diferencia sexual en la teoría feminista contemporánea**. Buenos Aires: Paidós, 2000.

BUSANICHE, B. El software libre y las mujeres ¿Por qué hay semejante brecha de género en nuestra comunidad? **La Red Va**, 425, 2006. Disponible em: <http://www.bea.org.ar/2006/03/el-software-libre-y-las-mujeres/>

BRUNET, Karla Schuch e NATANSOHN, Leonor Graciela. Ciberfeminismo, LabDebug e prácticas artísticas. In: **IV Simpósio Nacional da ABCiber**, Rio de Janeiro, novembro de 2010.

CASTAÑO, Cecilia Collado; FERNÁNDEZ, Juan Martín; VÁZQUEZ, Susana Cupeiro; MARTÍNEZ, José Cantos. **La brecha digital de género**. Amantes y distantes. Madrid: Observatorio e-Igualdad: Universidad Complutense de Madrid, 2009. Disponible em <http://www.e-igualdad.net/informes/brecha-digital-genero-amantes-distantes>

CASTAÑO, Cecilia Collado; GONZALEZ, Ramos. **La disparidad entre la participación y la posición de las mujeres en la investigación TIC: El caso del Plan Nacional de I+D+i** In: El Plan Nacional de I+D+i (2008-2011) a examen. MadridMas, 2011. Disponible em: http://www.madrimasd.org/informacionidi/revistas/monograficos/monografias/monografia21/21_15.pdf

CHOUDHURY, Naziat. **The Question of Empowerment: Women's Perspective on Their Internet Use**. In: Gender Technology and Development, 2009, 13: 341. Disponible em: <http://gtd.sagepub.com/content/13/3/341>.

COCKBURN, Cyntia. **The Circuit of Technology: Gender, Identity and Power**. In: R.Silverstone & E. Hirsch (Eds.), *Consuming Technology: Media and Information in Domestic Spaces* (pp.32-47). London: Routledge, 1992.

COCKBURN, Cyntia; ORMROD, S. **Gender and technology in the making**. London: Sage, 1993.

DEMETRIO, Amanda. Falta mulher. Suplemento Tec, In: **Folha de S.Paulo**, S.Paulo, 2011, p. f1-f.8.

DIONA. Los rostros de la tecnología libertaria: mujeres que no le temen al ratón en la comunidad de Software Libre criolla. 2011. Disponible em <http://ciberfeminismo.org.ve/?p=908>.

GIL-JUAREZ, A., VITORES, A., FELIU, J. e VALL-LLOVERA, M. Brecha digital de género: Una revisión y una propuesta, In: BARRIOS VICENTE, I. M. (Coord.) *Mujeres y la sociedad de la Información*. Revista **Teoría de la Educación: Educación y Cultura en la Sociedad de la Información**. Vol. 12, nº 2. Universidad de Salamanca, 2011, pp. 25-53. Disponible em: http://campus.usal.es/~revistas_trabajo/index.php/revistatesi/article/view/8272/8276

GURUMURTHY, Anita; SINGH, Parminder Jeet; MUNDKUR, Anu; SWAMY, Mridula. **Gender in the Information Society: Emerging issues**. Bangkok: Asia-Pacific Development Information Programme, 2006. Disponible em: <http://www.apdip.net>

HACHÉ, A., CRUELS, E., VERGÉS, N. Mujeres programadoras y mujeres hackers. Uma aproximación desde Lela Coders, 2011. Disponible em: www.donestech.net

HERRING, S.C. **Gender and democracy in computer-mediated communication**. Electronic journal of Communication, vol.3, n.2, 1993.

ITU, Internacional Telecommunication Union Placedes Nations. **Measuring the Information Society**, 2011, Geneva, Suécia. Disponible em <http://www.itu.int/wsis/index-es.html>

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD 2009: rendimento e número de trabalhadores com carteira assinada sobem e desocupação aumenta. 2009. Disponible em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1708 , acessado em 25 jan. 2012.

PEREZ, T. Construyendo espacios de exclusividad: una aproximación etnográfica al papel y la experiencia de mujeres indias y colombianas en las comunidades locales de software libre. **Universitas Humanisticas**, 2010, 69, 115-137

PUHL, P., AMARAL, A. (2004) [O feminino na tecnologia: uma proposta de leitura dos andróides de Blade Runner a partir de Donna Haraway](#). **Sessões do imaginário**, Porto Alegre, v. 12, p. 43-50, 2004.

RAPKIEWICZ, Clevi Elena. Informática: domínio masculino? In: **Cadernos Pagu**, n 10, Campinas: Unicamp, 1998, pp.169-200.

SABANES Plou, D. Mujeres y nuevas tecnologías de la información y la comunicación. **Cuadernos Internacionales de Tecnología para el desarrollo humano**, 2004. Disponible em: http://www.cuadernos.tpdh.org/file_upload/02_Dafne_Sabane.pdf

SAVAZONI, Rodrigo, COHN, Sérgio (Org.) **Cultura Digital.br**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009. Disponible em <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/09/cultura-digital-br.pdf>

SCHWARTZ, Juliana; CASAGRANDE, Lindamir Salete; LESZCZYNSKI, Sonia Ana Charchut; CARVALHO, Marília Gomes de. Mulheres na Informática: quais foram as pioneiras? In **Cadernos Pagu**, n.27, julio-dez. 2006, p.255-278.

SEDEÑO, E. P. Feminismo y estudios de ciencia, tecnología y sociedad: nuevos retos, nuevas soluciones. In: BARRAL, M. J., MAGALLÓN, C., MIQUEO C., SÁNCHEZ M.D. (eds). **Interacciones ciencia y género: discursos y prácticas científicas de mujeres**. Barcelona: Editorial Içaria, 1999. p. 17-37.

TURKLE, Sherry. **A vida no ecrã: a identidade na era da internet**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1997.

VELOSO, Ana Maria da Conceição e REBOUÇAS, Edgard. Ideologia, mídia e mulher: o feminismo brasileiro, seus slogans, políticas e estratégias junto aos meios de comunicação. 2010. In: **IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação e XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Disponible em http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/lista_area_DT7-CC.htm

VERGÉS, N., CRUELLS E. & HACHE, A. Cyberfeminismo de Investigación. En Zafra. *Ensayos sobre género y ciberespacio*. Madrid: Briseño editores, 2010.

WAJCMAN, Judy. El tecnofeminismo. Madrid: Cátedra, 2006.

WAJCMAN, Judy. Feminist theories of technology. In: **Cambridge Journal of Economics Advance Access**, 2009. Disponible em http://wiki.medialab-prado.es/images/4/4b/Wajcman_Feminist_theories_of_technology.pdf

WEIDEN, Fernanda. **Women in Free Software**. 2005. Disponible em: <http://www.groklaw.net/article.php?story=20050911153013536>

WIKIPEDIA. Historia de las Mujeres en la Informática, 2011. Disponible em: http://es.wikipedia.org/wiki/Mujeres_en_inform%C3%A1tica , acesado dem 26 jan. 2012.

ZAFRA, Remedios. **Un cuarto propio conectado. (Ciber)espacio y (auto)gestión del yo**, Fórcola, Madrid, 2010. Disponible em:

<http://www.remedioszafra.net/uncuartopropioconectado/index.html>

_____ "Netianas N(h)acer mujer en Internet" - Premio Nacional de Ensayo Caja Madrid 2004 - Lengua de Trapo, Madrid, 2005.

_____ Habitar en (punto)net. Estudios sobre mujer, educación e Internet" . Córdoba, España: Universidad de Córdoba, 2004.